



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA-FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

RAÍZA MACUYAMA SILVA

HIBRIDISMO LINGUÍSTICO: A influência da língua portuguesa nos
vocábulos Munduruku.

Itaituba – PA

2020

RAÍZA MACUYAMA SILVA

**HIBRIDISMO LINGUÍSTICO: A influência da língua portuguesa nos
vocábulo Munduruku.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Letras.

Orientadora: Prof.^a Esp. Walbea Lucia Lobato Martins.

Itaituba - PA

2020

RAÍZA MACUYAMA SILVA

**HIBRIDISMO LINGUÍSTICO: A influência da língua portuguesa nos
vocábulo Munduruku.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Letras.

Orientadora: Prof.^a Esp. Walbea Lucia Lobato Martins.

Itaituba - PA

2020

RAÍZA MACUYAMA SILVA

**HIBRIDISMO LINGUÍSTICO: A influência da língua portuguesa nos
vocábulo Munduruku.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Letras.

Orientadora: Prof.^a Esp. Walbea Lucia Lobato Martins.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Prof.^a Walbea Lucia Lobato Martins, Especialista.

Avaliadora: _____ Nota: _____

Prof.^a Mara Aparecida Pereira do Nascimento, Especialista.

Avaliadora: _____ Nota: _____

Prof.^a Veronica Gomes Morena

Resultado: _____ Média _____

Data: 29 de janeiro de 2020

“Dedico esta monografia ao meu marido Adilson que foi capaz de suportar todos os meus momentos de estresse durante o processo. Com muita gratidão no coração por fazer parte da minha vida. Gratidão infinita meu amor.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre me mostrar o caminho certo. Sou grata aos meus pais Raimundo Domício Cardoso Silva e Marluce Macuyama pelo incentivo aos meus estudos e pelo apoio incondicional. Agradeço ao meu esposo Adilson da Conceição Silva por estar ao meu lado em todos os momentos.

Gratidão pela participação das professoras Maria Danielle Lobato Paes e Mara Aparecida Pereira do Nascimento cuja dedicação e atenção foram essenciais para que este trabalho fosse concluído satisfatoriamente.

Grata pela confiança depositada pela minha orientadora Walbea Lucia Lobato Martins que dedicou inúmeras horas para sanar as minhas questões e me colocar na direção correta. Também agradeço à Faculdade de Itaituba (FAI) e aos seus docentes que nos incentivaram a percorrer o caminho da pesquisa científica.

*“ A língua... é a uma ponte que te permite atravessar com
segurança de um lugar para outro. ”*

(Arnold Wesker)

RESUMO

Esta pesquisa enfatiza as principais influências da língua portuguesa nos vocábulos Munduruku, visto que, a língua Munduruku é um tesouro muito valioso para a seu povo, portanto é de suma importância a preservação dessa língua, pois só assim as próximas gerações conhecerão a origem da língua e da sua etnia. Mas, no entanto, está sofrendo uma forte perda por influência da cultura dos não indígenas. Percebe-se que a presença dos não indígenas que atuam na educação, na saúde e nas ordens religiosas dentro da aldeia contribui e muito para o desaparecimento da língua desse povo, passando a configurar uma língua distinta da sua, principalmente os jovens Munduruku. Esse contato entre Munduruku e não indígenas vem afetando a sua língua materna. As lideranças indígenas, estão preocupadas com a influência da língua portuguesa sobre a sua. Portanto, estão se mobilizando para sensibilizar os indivíduos falantes dessa língua, a resgatar a língua tradicional desse povo e elementos que fazem parte da língua Munduruku que estão se perdendo com o passar do tempo. Cada vez ficam mais visível novas palavras híbridas que aparece nos diálogos munduruku podemos assim perceber a influência do português na língua Munduruku. As palavras híbridas cada dia aumentam, já que, muitas palavras não existem no vocabulário Munduruku, daí a necessidade dessa fusão entre essas duas línguas para manter o diálogo entre indígenas e não indígenas.

Palavras-chave: Língua portuguesa. Língua Munduruku. Hibridismo. Influência.

ABSTRACT

In this work I focused on the main influences of the Portuguese language in the Munduruku words the Munduruku language and a very valuable treasure for its people, therefore, and of paramount importance for the preservation of that language, because only then will the next generations know the origin of the language of their ethnicity. But, however, it is suffering a strong loss which is influenced by the culture of non-indigenous people. It is noticed that the presence of non-indigenous people who work in education, health and religious orders within the village contributes a lot to the language of these people, becoming a language different from theirs, especially the young Munduruku. This contact between Munduruku and non-indigenous people has been affecting the mother tongues, the indigenous leaders are concerned with the preservation and influence of the Portuguese language on theirs. So they are mobilizing to sensitize individuals, to keep the Munduruku language alive, they try to rescue the traditional language of this people, elements that are part of the Munduruku language and be lost over time. New hybrid words appearing in munduruku dialogues are becoming more and more visible so we can understand the influence of Portuguese on the Munduruku language. Hybrid words increase every day, as many words do not exist in the Munduruku vocabulary so it is necessary to create a better dialogue between indigenous and non-indigenous people.

Key words: Portuguese language. Munduruku language. Hybridity. Influence.

LISTA DE SIGLAS

CNE 1- Conselho nacional de Educação

FUNAI 2- Fundação Nacional do Índio.

FUNDEB 3-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

LDBEN 4- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC 5- Ministério da Educação

PAR 6- Plano de Ações Articulares

PDE 7- Programa de Desenvolvimento da Educação

PNAE 8- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNE 9- Plano Nacional de Educação

RNCNEI 10- Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Indígena

SPI 11-Serviço de Proteção ao Índio

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Ainda existe indígena Munduruku que falam a língua Munduruku sem usar palavras aportuguesadas?	40
Quadro 2- Quando os Munduruku começaram a introduzir palavras `aportuguesadas nos vocábulos Munduruku?.....	41
Quadro 3- Na sua opinião por que o hibridismo foi introduzido nos vocábulos Munduruku?.....	42
Quadro 4- Quais as palavras que você conhece que envolve hibridismo linguístico?.....	44
Quadro 5- Você concorda com essas novas palavras? Por quê?	45
Quadro 6-De que forma esse processo está afetando a cultura munduruku?.....	46
Quadro 7-Existe alguma forma de resgate da língua Munduruku tradicional?.....	47
Quadro 8- Você acha que esse processo linguístico vem evoluindo?.....	48
Quadro 9- Como contribuir para que haja o resgate linguístico da cultura Munduruku?.....	49
Quadro 10- De que forma a comunidade age com esse processo do hibridismo dentro da cultura Munduruku?.....	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização da Aldeia Missão São Francisco.....	38
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL.....	16
2.2 LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS INFLUÊNCIAS PARA OS INDÍGENAS.....	21
2.3 A FORMAÇÃO DO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INDÍGENA.....	25
2.3.1 limites e desafios da escola indígena.....	26
2.3.2 avanços na educação escolar indígena.....	27
2.4 HIBRIDISMO.....	29
2.4.1 Hibridismo Linguístico: a influência da língua portuguesa nos vocábulos Munduruku.....	30
2.4.2 Concepções sobre neologia e neologismo.....	33
2.4.3 Neologismo Munduruku.....	34
3. METODOLOGIA.....	36
3.1 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS.....	36
3.2 TIPO E OBJETIVO DA PESQUISA.....	37
3.3 HISTÓRICO DOS MUNDURUKU NA ALDEIA MISSÃO SÃO FRANCISCO.....	38
3.4 INSTRUMENTO E SUJEITO DA COLETA DE DADOS.....	39
4 RESSULTADO E DISCUSSÃO.....	40
4.1 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	40
5 CONCLUSÃO.....	52
REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICES.....	57

1. INTRODUÇÃO

O momento atual, em face da globalização e das novas tecnologias, se caracteriza fortemente pela intensificação das relações entre realidades locais e globais e pela desestabilização das fronteiras rígidas e fechadas que definem as identidades; as culturas, as línguas, as sociedades, as soberanias, os projetos de nação, entre outros. Com isso, tem-se uma ampla fragmentação das ideias de unidade e homogeneidade, colocando em discursão e fazendo circular e dialogar as heterogeneidades culturais, indenitárias, linguísticas e discursivas, essa heterogeneidade (dialogada) é o foco deste trabalho.

A compreensão da dinamicidade intercultural dos povos e indivíduos indígenas e da mobilidade impulsionada pelos processos recentes de globalização, o que se subordina “a influências da língua portuguesa nos vocábulos munduruku”, e reflete-se quanto às práticas comunicativas indígenas na contemporaneidade como resultante de estratégias coloniais de imposição da língua.

Este trabalho tem como objetivo apresentar o hibridismo entre a língua portuguesa e a língua Munduruku. Mostrar novas palavras que estão surgindo com esse hibridismo. Foi investigado o tipo de estimulação ao aprendizado do português que o sujeito recebeu dos pais. Foram avaliados os prós e os prós do ensino da língua portuguesa na aldeia indígena Munduruku. E relevante observa que foram analisados dados que foram coletados através de questionários direcionados aos professores indígenas que conhecem a realidade da língua Munduruku.

Sabe-se que, o uso de tecnologias e a convivência com pessoas de outras culturas, têm se tornado um canal produtivo para usos híbridos de recursos semióticos que, por um lado desestabiliza ideologias monolíngues e prefiguração indenitárias e por outro, se mostra como extinção das chamadas línguas indígenas. A cultura Munduruku é um tesouro muito valioso para o seu povo, portanto é de suma importância a preservação dessa língua, pois só assim as próximas gerações conhecerão sua origem e os traços culturais da sua etnia.

Desta forma, a fim de melhor encaminhar o estudo foram levantadas as seguintes questões; que o hibridismo linguístico? Quais as vantagens e desvantagens da influência do português na língua Munduruku? Qual a influência dos profissionais não indígenas nas aldeias indígenas para o surgimento dessa nova nuance língua? Levando-se em consideração a problemática apresentada, esse

estudo dedicou-se a levantar dados que apontem o hibridismo linguístico como uma perda de cultura muito grande para o povo Munduruku.

Portanto, a presente monografia está constituída de cinco capítulos sendo o primeiro a introdução da pesquisa, o segundo baseados em autores que focalizam no contexto histórico da trajetória da educação indígena no Brasil, a língua portuguesa e suas influências para os indígenas, a formação do docente na educação indígena e o hibridismo, baseados em fundamentos teóricos para expor melhor o tema. O terceiro está a metodologia que foi utilizada na pesquisa deste trabalho, no quarto contém a análise dos dados coletados com os professores indígenas sobre o hibridismo na língua Munduruku e por fim o quinto capítulo apresenta a conclusões finais referentes a pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL

A história da educação escolar indígena no Brasil, ou seja, a história das experiências de escola junto aos povos indígenas costuma estar dividida pelos pesquisadores que empreendem estudos nessa área em dois momentos ou duas tendências. O primeiro momento tem início no período colonial, é marcado por iniciativas de escolarização que tinham por objetivo a dominação e a assimilação dos povos indígenas e se estendeu até o final do século XX. A segunda tendência é a da escola atual, movimento que se iniciou nos anos 70 e se fortaleceu com a Constituição Federal que, ao reconhecer o direito dos indígenas à diferença, inaugurou um novo paradigma de educação escolar que propõe o respeito à diversidade cultural dos povos indígenas.

“Para os índios, a educação é essencialmente distinta daquela praticada desde os tempos coloniais, por missionários e representantes do governo. Os índios recorrem à educação escolar, hoje em dia, como instrumento conceituado de luta” (FERREIRA 2001 p.72).

A primeira e mais longa, marcada pelas experiências que o estado brasileiro gerenciou procurando aculturar e integrar os índios por meio da escolarização e a atual, em que os ideais de autodeterminação dos povos indígenas vêm caracterizando a escola indígena.

Conforme Silva e Maciel (2009) aprofundam esta crítica. “É como se a história da educação escolar indígena tivesse um passado de trevas” promovido por agentes não-índios, e um futuro iluminado exclusivamente pela presença de professores, técnicos e gestores indígenas nas escolas localizadas nas aldeias.

Alguns documentos legais que pautam a educação escolar indígena também reproduzem esta mesma visão. É o caso dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Indígena (RCNEI), lançado pelo Ministério da Educação em 1998.

O documento não problematiza o fato de que a escolarização já é realidade para inúmeros povos do Brasil há tempos, ignorando a história das escolas nas aldeias e as experiências já vividas por professores indígenas – e o que eles próprios aprenderam a considerar adequado em outras épocas e que certamente os influenciam até hoje segundo Silva e Maciel, (2009). Observarmos, nas últimas décadas, por meio de movimentos de afirmação étnica, que outro modelo escolar

apareceu no cenário educacional: a escola dos povos indígenas, amparada em leis que constituem um modelo diferenciado e específico de educação escolar, cada povo tomou para si a tarefa de elaborar currículos escolares e propostas pedagógicas, informados por suas cosmologias.

"A escola intercultural, bilíngue, específica e diferenciada pode se tornar um chavão esvaziado de conteúdos e significados, afinal pesquisas etnográficas nas atuais escolas localizadas em áreas indígenas, podem revelar práticas pedagógicas tão ou mais autoritárias que as exercidas em escolas não-indígenas no passado e no presente." (SILVA E MACIEL, 2009. p.49).

Conforme os autores, não é possível começar da estaca zero sem se referir à escola de antigamente para desvelar a escola do tempo presente. Desvendar esse passado é necessário não apenas pelo simples fato de que é preciso conhecê-lo, mas também para compreender a escola que se tem hoje e para pensar a escola que se quer construir sem cair na armadilha de presumir que mudanças na legislação garantam de fato a autonomia indígena na condução de uma educação específica e diferenciada. A escrita da história da escolarização é fundamental para avaliar que elementos dessa escola anterior se mantêm vivos hoje e ainda são praticados nas terras indígenas Brasil afora.

A partir de 1910, o controle da ação educativa para as comunidades indígenas estava sob a responsabilidade do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, e prevalecia a tendência de formação do trabalhador nacional, com repercussão na proteção aos índios com o objetivo de transformá-los em pequenos produtores rurais, a fim de atender à política de regeneração agrícola do país. Mesmo a educação escolar das comunidades indígenas estando sob a responsabilidade do SPI, ainda permanecia a presença das 5 missões religiosas na tarefa educacional, que incluía uma parcela indígena, sobretudo, no interior do Amazonas. (AMOROSO, 2001, p.87)

O que mostra essa realidade é a presença efetiva, a partir de 1915, de missionários salesianos na condução de internatos para crianças índias, na região do Alto Rio Negro, interior do Amazonas; e para tais internatos, os jovens indígenas eram recrutados e recebiam ensino primário, eram proibidos de falarem suas línguas maternas, ocorrendo assim a perda da sua cultura e o aprendizado de hábitos e padrões estranhos à sua cultura.

A ação dos salesianos no setor educacional dos meninos e meninas índios era realizado por meio do regime de internato, os mesmos estavam amparados pelas diretrizes da estrutura de poder do Estado brasileiro, o qual se voltava para a expansão das fronteiras da civilização e como forma de facilitar o recrutamento da

força de trabalho indígena e sua subordinação à racionalidade do sistema capitalista. Os principais objetivos dos missionários eram: o aldeamento ou redução, a catequese e a instrução; assim, por meio da educação escolar desenvolvida nos internatos, os salesianos introduziram a língua, a história e os valores da sociedade dominante (branca), contribuindo assim para a interferência das condições reais de reprodução da vida dos povos indígenas da área amazônica. O SPI, em 1967, é substituído pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, tendo como intuito de colocar em prática outra política de proteção ao índio.

Foi em 1980, que os indígenas conseguiram os direitos assegurados ao ensino fundamental e as alterações na organização da educação escolar indígena, fazendo com que diminuísse uma pequena parcela no processo de exclusão social e possibilitou os indígenas o acesso à educação nesse nível de ensino. Essa ação desenvolvida pelas lideranças indígenas tinha o objetivo principal de pressionar a União, os Estados e a Sociedade para uma reestruturação na política indigenista do Estado, e por medidas asseguradoras aos povos indígenas do direito a uma educação escolar que não deixasse dúvidas, fundada nas especificidades socioculturais de cada povo. Assim:

A construção da escola indígena está sendo realizada a muitas mãos, demanda esforço de numerosos grupos de cientistas sociais ligados, principalmente às Universidades Públicas de vários cantos do país em conjunto com os povos indígenas. As organizações indígenas se consolidam como vitais para esse processo, bem como a representação e pressão exercida diante dos poderes públicos, têm sido fundamental para a concretização do projeto escolar indígena. (AMOROSO, 2001, p.88)

Explicitamente, percebe-se que esse processo de construção ocorre apesar das antinomias, das inúmeras dificuldades, enfrentadas tanto pelos indígenas quanto pelo Estado. O exagerado controle estatal dificulta a construção da escola indígena autônoma de qualidade, a herança histórica recente comprova a resistência à escola enquanto instituição no espaço indígena.

Pode-se ilustrar essa assertiva a partir das palavras do Brigadeiro Protásio, proferidas em 1980, ao elogiar o trabalho dos missionários na região, dizia: “Eles ensinaram os índios a ser brasileiros, os índios passaram a ser professores e deixaram de ser índios”. É muito claro, a partir da leitura dessa ideia, a necessidade de não arrefecer na luta pela valorização da identidade étnica na Região Amazônica.

As primeiras experiências de escolarização dos povos indígenas ocorreram então pelas mãos dos jesuítas, que desembarcaram no Brasil em 1549 e aqui

permaneceram até sua expulsão em 1759. As ações dos padres visavam à civilização dos nativos, por meio do combate aos maus costumes, e, principalmente, a sua conversão ao cristianismo.

De acordo com as cartas de Manuel da Nóbrega, “A lei que lhes hão-de-dar, é defender-lhes de comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se pois tem muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros... fazê-los viver quietos sem mudar para outra parte [...]” Nóbrega, 1558 apud Castro, (2011, p. 24.) Conforme os jesuítas, era preciso primeiro civilizar, para depois educar na doutrina.

E frente às dificuldades de evangelização, viram nas crianças uma possibilidade de fruto, pois por um lado, estas pouco contradiziam a lei e, por outro, como os adultos eram muito arredios, seus filhos seriam o grande meio, e breve, para conversão do gentio. Nas aldeias, junto do ensino da doutrina, os padres também incluíam elementos de ler, escrever e contar, numa espécie de união entre catequese e ensino, revelando que “a instrução foi um meio” para a evangelização Chambouleyron, (2007, p. 62).

As reformas de Marquês do Pombal, ministro do Império português, na segunda metade do século XIX, trouxeram importantes mudanças nas vidas dos povos indígenas da colônia. A novidade desta política era a proposta de assimilação de todos os indígenas, fossem eles índios mansos ou bravos. Ou seja, a tarefa era assimilá-los e misturá-los à massa populacional, exterminando as diferentes culturas e identidades étnicas, em uma nova forma de colonização e de estabelecimento de fronteiras territoriais. Foram criadas diversas leis destinadas a regular as relações com os grupos indígenas, dentre elas, a mais importante foi o Diretório dos Índios, de 1757.

Algumas das medidas inovadoras deste conjunto legislativo foram: proibir os costumes indígenas nas aldeias; impor a língua portuguesa em substituição à língua geral; estimular os casamentos entre índios e não-índios; pôr fim à discriminação legal contra os índios; incentivar a presença de não-índios nas aldeias. Extinguir aldeias ao transformá-las em vilas, freguesias ou lugares. “As aldeias seriam administradas por diretores leigos, não mais por religiosos e a ideia de civilização passava a preponderar sobre a de catequese” Almeida, (2010).

Temos um modelo de educação escolar desenvolvido por ordens religiosas, em especial a Companhia de Jesus, que tinha como objetivo a cristianização do gentio.

Mas, para isso precisava convertê-los a religião católica, submetendo os nativos em um processo de civilização.

As novidades da política em relação aos indígenas marcaram também um novo momento na educação para os índios. Mesmo sem abandonar a cristianização por parte de missionários, a educação passou a ter como enfoque principal a civilização, de maneira a tornar os indígenas aptos para desempenhos civis, com o ensino da leitura e, se possível da escrita (BITTENCOURT; 2002, p.22).

O Diretório previa a criação de uma escola para meninos e outra para meninas e a contratação de mestres e mestras respectivamente; determinava a proibição do uso das línguas maternas e a obrigatoriedade do português, como um meio para a civilização.

Em 1991, as escolas indígenas, até então vinculadas à FUNAI e, portanto, ao Ministério do Interior, passaram para o âmbito do Ministério da Educação. A partir daí desencadeou-se um movimento de afirmação da educação escolar indígena, por meio de leis, da criação de setores específicos para a gestão dessa modalidade de escola e do envolvimento de lideranças, professores e intelectuais indígenas na condução dos processos educacionais. Criou-se um novo paradigma de escola indígena, pensada como comunitária, bilíngue, intercultural, específica e diferenciada.

Este modelo foi concebido com o objetivo de assegurar aos povos indígenas autonomia quanto à gestão de suas escolas, em que a participação direta da comunidade permita que cada grupo possa adequar o cotidiano escolar a seu modo de vida. Também foi pensada para ser bilíngue e intercultural, para que as línguas e as culturas nacional e indígena possam circular de modo simétrico, fortalecendo e valorizando os povos indígenas.

Diferente do que historicamente aconteceu na escolarização indígena, que sempre buscou integrar e assimilar os povos nativos, a escola indígena específica e diferenciada emergiu com uma proposta inovadora de respeito às diferenças BRASIL, (2012).

A produção das diferenças sociais se caracteriza na formulação de diferentes projetos societários, definidos por cada povo, a partir de seus valores simbólicos, de sua história, de suas perspectivas políticas de autonomia e de continuidade cultural, bem como de suas estratégias de interação com a sociedade majoritária.

2.2 LÍNGUA PORTUGUESA E SUAS INFLUÊNCIAS PARA OS INDÍGENAS

Português: língua oficial e nacional do Brasil com o início efetivo da colonização portuguesa em 1532, a língua portuguesa começa a ser transportada para o Brasil. Aqui ela entra em relação, num novo espaço-tempo, com povos que falavam outras línguas, as línguas indígenas, e acaba por tornar-se, nessa nova geografia, a língua oficial e nacional do Brasil. Pode-se estabelecer para esta história quatro períodos distintos, se consideramos como elemento definidor o modo de relação da língua portuguesa com as demais línguas praticadas no Brasil destes 1532.

O primeiro momento começa com o início da colonização e vai até a saída dos holandeses do Brasil, nesse período o português convive, no território que é hoje o Brasil, com as línguas indígenas, com as línguas gerais e com o holandês. A língua geral era a língua tupi falada pela maioria da população.

Eram as línguas do contato entre índios de diferentes tribos, entre índios e portugueses e seus descendentes, assim como entre portugueses e seus descendentes. A língua geral era assim uma língua franca. O português, como língua oficial do Estado português, era a língua empregada em documentos oficiais e praticada por aqueles que estavam ligados à administração da colônia.

O segundo período começa com a saída dos holandeses do Brasil e vai até a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro. A saída dos holandeses muda o quadro de relações entre línguas no Brasil na medida em que o português não tem mais a concorrência de uma outra língua de Estado (o holandês).

A relação passa a ser, fundamentalmente, entre o português, as línguas indígenas, especialmente as línguas gerais, e as línguas africanas dos escravos. Esse período caracteriza-se por ser aquele em que Portugal, dando andamento mais específico ao processo de colonização, toma também medidas diretas e indiretas que levam ao declínio das línguas gerais.

A população do Brasil, que era predominantemente de índios, passa a receber um número crescente de portugueses assim como de negros que vinham para o Brasil como escravos. E isto tem uma outra característica: os portugueses que vêm para o Brasil não vêm da mesma região de Portugal.

Desse modo, passam a conviver no Brasil, num mesmo espaço e tempo, divisões do português que, em Portugal, conviviam como dialetos de regiões

diferentes. Nesse período, ainda, há dois fatos de extrema importância. O primeiro deles é a ação direta do império português que age para impedir o uso da língua geral nas escolas. Esta ação é uma atitude direta de política de línguas de Portugal para tornar o português a língua mais falada do Brasil.

Uma dessas ações mais conhecidas é o estabelecimento do Diretório dos Índios (1757), por iniciativa do Marquês de Pombal, ministro de Dom José I, que proibia o uso da língua geral na colônia. Assim, os índios não poderiam mais usar nenhuma outra língua que não a portuguesa. Essa ação, junto com o aumento da população portuguesa no Brasil, terá um efeito específico que ajuda a levar ao declínio definitivo da língua geral no país. (GUIMARÃES p. 24)

O terceiro momento do português no Brasil começa com a vinda da família real em 1808, como consequência da guerra com a França, e termina com a independência. Poderíamos utilizar, como data final desse período, 1826, pois é nesse ano que se formula a questão da língua nacional do Brasil no parlamento brasileiro. A vinda da família real terá dois efeitos importantes. O primeiro deles é um aumento, em curto espaço de tempo, da população portuguesa no Brasil. Chegaram ao Rio de Janeiro em torno de 15 mil portugueses.

O segundo é a transformação do Rio de Janeiro em capital do Império que traz novos aspectos para as relações sociais em território brasileiro, e isto inclui também a questão da língua. Logo de início Dom João VI criou a imprensa no Brasil e fundou a Biblioteca Nacional, mudando o quadro da vida cultural brasileira, e dando à língua portuguesa aqui um instrumento direto de circulação, a imprensa. Esses fatos produzem certo efeito de unidade do português para o Brasil, enquanto língua do rei e da corte.

O quarto período começa em 1826. Nesse ano o deputado José Clemente propôs que os diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em "linguagem brasileira". Em 1827 houve um grande número de discussões sobre o fato de que os professores deveriam ensinar a ler e a escrever utilizando a gramática da língua nacional. Ou seja, a questão da língua portuguesa no Brasil, que já era língua oficial do Estado, se põe agora como uma forma de transformá-la de língua do colonizador em língua da nação brasileira. Temos aí constituída a sobreposição da língua oficial e da língua nacional. Essas questões tomam espaços importantes tanto na literatura quanto na constituição de um conhecimento brasileiro sobre o português no Brasil.

Na chegada ao Brasil, os portugueses encontraram a terra povoada de índios, mais de um milhão deles que apresentavam, do ponto de vista linguístico, uma grande diversidade, algo em torno de 350 línguas diferentes. Atualmente distribuem-se em dois troncos (Tupi e Macro-Jê) e em diversas famílias (Caribe, Aruaque/Ara) as famílias menores ao sul e ao norte do Amazonas Rodrigues, apud Elia: 1989.

Os tupis, habitantes do litoral, denominados genericamente de Tupinambás, foram os que mais conviveram com os brancos. Eles falavam principalmente o tupi, uma espécie de segunda língua para os não tupis. Esses últimos eram conhecidos como Tapuias ou Nheengaíbas (língua ruim), denominação atribuída pelos jesuítas, que não reflete a diversidade desses povos. Eram línguas travadas, bem mais complexas que o tupi e conservadas por muitos deles (MARCON, 1996, p.23.)

A comunicação entre as diversas tribos era feita através de uma espécie de língua franca, "fácil, e elegante, e suave, e copiosa, a dificuldade está em ter muitas composições" Rodrigues, (1983, p.23). Os contatos iniciais dos mercadores e exploradores com os gentios ocorriam através de "um jargão de base tupi", mas para os jesuítas, a pregação deveria ser feita na língua daquele a converter Rosa, (1977, p.107). Por considerarem que a variedade de línguas impedia a conversão, os jesuítas procuraram aprender o tupi, um tupi simplificado, despojado de seus traços fonológicos e gramaticais mais típicos, "para se adaptar à consciência linguística dos brancos" Câmara Jr (1975).

"Foi-se constituindo já no século XVI, tendo como base a língua dos índios Tupi de São Vicente e do alto rio Tietê, uma língua tupi-guarani ligeiramente diferente da língua dos Tupinambás. Foi a língua dos mamelucos paulistas e, com as bandeiras, foi a língua de penetração no interior de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. Pela segunda metade do século XVIII passou a perder terreno para o português e seus últimos falantes devem ter morrido no início do século XX": (RODRIGUES 1993 p. 97).

Essa língua foi estudada, fixada em catecismos, dicionários, gramática e institucionalizada como língua de contato entre colonizadores e índios. Surgiu então a expressão língua geral, de base tupi, que indicava a língua de uso mais extenso numa região, e mesmo usada por grupos falantes de outros idiomas, e que durante muito tempo viveu lado a lado com a língua portuguesa.

O tupi era utilizado pelos bandeirantes, pelas famílias de portugueses e índios. A língua geral predominava, sobretudo, em São Paulo e no Amazonas, quanto na costa, ensinado nas escolas, o português se impunha. Rodrigues apud Elia, 1989 aponta para a existência de duas línguas gerais: a língua geral do Sul (ou

paulista) e a língua geral do Norte (ou amazônica). O tupi dos jesuítas, que se implantou no Norte do Brasil, onde sofreu uma evolução, é conhecida como nheengatu; a do Sul, que serviu de veículo escrito à literatura.

Até o século XVIII ocorreu uma situação de bilinguismo e um número maior de indígenas. Progressivamente as línguas gerais foram sendo substituídas pelo português. Castilho (1992) aponta como uma das causas dessa substituição a extrema fragmentação do quadro linguístico. Teyssier (1994, p.66) acrescenta outras causas para a decadência da língua geral.

A descoberta do ouro em Minas Gerais favoreceu o desenvolvimento da vida urbana, em contraste com a economia açucareira, provocou a intensificação das correntes migratórias, tanto externa quanto internamente, caracterizada pelo isolamento rural Pessoa, (1997, p. 43). O alvará do Marquês de Pombal proibiu o uso da língua geral, que passou a ser encarada pelos conquistadores como "invenção verdadeiramente abominável e diabólica", e, ainda, decidia que tipos de penalidades deveriam ser aplicados aos que permanecessem falando a língua geral, penalidades que variavam de acordo com o grupo social a que pertenciam.

As decisões do Diretório se aplicaram primeiro ao Pará e ao Maranhão e, em seguida, se estenderam, em 17 de agosto de 1758, a todo o Brasil. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, a língua geral perdia seus principais protetores. Para Elia (1989, p. 12) a Lei do Diretório apenas acelerou um processo que já se manifestava irreversível. Semelhante ponto de vista tem Cuesta e Luz (1983), que consideram a influência do tupi na fala brasileira, exagerada em demasia.

Segundo as autoras, essa influência parece ter-se exercido mais em extensão do que em intensidade, já que alguns fenômenos de pronúncia ou de sintaxe apresentada como prova pelos tupinólogos são apontados pelos africanistas como influência dos escravos. Tais fenômenos podem obedecer simplesmente a tendências latentes na língua tronco ou tratar-se de arcaísmos e traços dialetais pouco estudados em Portugal, e que muitos se encontram em línguas e dialetos românicos europeus e também simplificações na morfologia nominal e verbal portuguesa são atribuídas por alguns autores aos indígenas e por outros, aos africanos.

2.3. A FORMAÇÃO DO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INDÍGENA

A discussão da formação de professores faz-se necessário considerar que se forma professores para atuar em realidades concretas, cabendo, portanto, às instituições formadoras articular a essa formação a discussão sobre as escolas e outros espaços de atuação desse futuro profissional.

A necessidade de uma formação de professores para as necessidades das políticas educacionais voltadas para a educação indígena tem sua expressão na Constituição Federativa do Brasil de 1988, especificamente, no Capítulo III, Artigo 210 que assegura aos índios a formação básica comum e o respeito aos seus valores culturais e artísticos. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, fica assegurado, às comunidades indígenas, o direito à educação escolar, cujo objetivo é fortalecer as práticas culturais e a língua materna. A base desse novo olhar para a causa indígena tem fundamento nos movimentos não-governamentais que surgiram nos anos de 1980 e 1990 e que trouxeram à cena nacional os debates sobre a educação, a questão cultural e a autonomia dos povos indígenas. Um dos aspectos discutidos diz respeito à formação de professores indígenas, considerando que essa formação é fundamental para a preservação dos repertórios culturais das comunidades indígenas.

A escola foi o principal instrumento de destruição cultural dos povos, mas também pode ser o principal instrumento de reconstrução e afirmação de uma nova era. [...] O caminho da educação escolar indígena é a nossa grande esperança de conquista definitiva dos nossos direitos e da nossa terra (MARCON, 1996, p.34).

O depoimento acima expressa a necessidade da valorização de professores indígenas, desde que se realizem de acordo com a ótica, os interesses e as necessidades do próprio movimento indígena, tendo como referencial a autonomia indígena, no marco das discussões realizadas pelo Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia e seus esforços de construir uma política indígena para a educação escolar.

Deste modo, evidencia-se cada vez mais a importância de formar professores índios para atuarem na educação indígena, sendo eles os principais sujeitos-autores de uma educação indígena, formulada, pensada e refletida pelos próprios professores índios. As escolas indígenas foram criadas como um espaço para a formação escolar indígena, com objetivo de preparar o índio para um convívio sócio-

cultural e integrá-lo à sociedade brasileira, firmando também o seu espaço de formação cultural. De acordo com Cavalcanti (2003, p. 22), "concebe-se a escola não como lugar único de aprendizado, mas como um novo espaço e tempo educativo que deve integrar-se ao sistema mais amplo de educação de cada povo". No caso da escola indígena, o sistema escolar indígena segue os mesmos padrões da sociedade brasileira, sendo as escolas legalizadas nas aldeias, os professores contratados para ministrar as aulas, os critérios de aprovação estabelecidos pelas secretarias de educação.

O tema sobre a educação indígena tem sido levantado nos encontros de professores indígenas que ocorrem em todo o território nacional. No documento final do I Encontro Estadual de Educação Indígena do Mato Grosso, realizado em maio de 1989, os professores indígenas registraram como uma de suas conclusões que "a sociedade envolvente deve ser educada no sentido de abolir a discriminação histórica manifestada constantemente nas suas relações com os povos indígenas".

2.3.1 Limites e desafios da escola indígena

Um dos maiores desafios da escola indígena está no campo pedagógico, ou seja, como pôr em prática, os conceitos político-pedagógicos inovadores da educação escolar indígena. Creio que este seja o maior desafio da política de educação escolar indígena na atualidade. Essa dificuldade tem origem em campos inter-relacionados. O primeiro campo é dos sistemas de ensino que resistem às mudanças conceituais. Os dirigentes políticos, os gestores e os técnicos locais apresentam forte resistência à mudança de mentalidade, cultura e prática política.

Muitas escolas indígenas elaboram seus projetos político-pedagógicos inovadores com organização do tempo escolar dinâmico e de acordo com os sistemas sociais e educativos da comunidade, mas, os conselhos de educação ou mesmo as secretarias de educação não tem reconhecido. A resistência é resultado de um misto de medo ou insegurança dos gestores diante do novo, do diferente, do imprevisível e de um comodismo ou apego aos antigos modelos e padrões de escola e de educação escolar tradicional colonial.

Outro desafio enfrentado pela atual escola indígena é o dilema da comunicação e da convivência intercultural Candau (2006, p.22) que se tornou sua principal estratégia político-pedagógica. Trata-se do dilema de atender ao mesmo tempo as

demandas pelo resgate, manutenção e valorização dos conhecimentos, das culturas, das tradições e dos valores tradicionais próprios dos povos indígenas e o acesso aos conhecimentos, às técnicas e aos valores da sociedade envolvente.

É necessário considerar a legitimidade dessa dupla missão complexa da escola indígena definida e requerida pelas comunidades, mas sempre de acordo com suas realidades históricas de contato e contextos locais e étnicos Luciano, (2010, p.9). O problema reside em como atender de forma equilibrada, coerente e com razoável eficiência essa dupla demanda a partir do modelo de escola que temos hoje: seriado, segmentado, cíclico, carga horária, calendário e dias letivos pré-estabelecidos na lógica da escola não indígena cuja principal missão é sempre acelerar e abreviar a formação básica e profissional para o mercado de trabalho. Em muitos casos a escola indígena não exclui a perspectiva de formação para o mercado, mas também não abre mão da formação própria, humana, cultural, moral, espiritual, existencial.

2.3.2 Avanços na educação escolar indígena

Os avanços na educação escolar indígena nos últimos anos podem ser classificados em três categorias: legal, político e pedagógico. No âmbito legal, ocorreram importantes conquistas com a adoção de dispositivos constitucionais e infraconstitucionais pelo Estado brasileiro que reconhecem e garantem os direitos específicos dos povos indígenas enquanto povos diferenciados, mas também garantem a cidadania plena.

O reconhecimento de existência sociocultural e étnico é o primeiro passo para o reconhecimento e garantia de direitos específicos. No campo da educação escolar indígena, o reconhecimento sociocultural e étnico possibilitou, entre outras conquistas, o uso, a promoção e a valorização da língua materna e dos processos próprios de ensino-aprendizagem no âmbito das escolas das aldeias, cuja base legal está explícita na Constituição Federal de 1988.

Para deixar ainda mais clara a nova orientação legal, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio do Parecer 14 e da Resolução 03 de 1999, fixou o status jurídico, pedagógico e administrativo da escola indígena, com normas e ordenamento jurídico próprio. Relaciona-se ao aprendizado de processos e valores

de cada grupo indígena, bem como aos padrões de relacionamento social introduzido na vivência cotidiana dos índios com suas comunidades.

Estabelecer, no âmbito da Educação Básica, a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas, reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprio e fixando as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando a valorização plena das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica (CNE, Resolução 03/1999, Artigo 1º).

A conquista dos direitos legais é em si mesma relevante, pois, é a partir destas leis que os povos indígenas ganham força e legalidade para cobrar dos governos sua aplicação. Além disso, os povos indígenas ganham amparo político-jurídico em suas iniciativas. Ou seja, nos casos em que o Estado não cumpre seu papel de promotor e garantidor dos direitos, os povos indígenas podem, por iniciativa própria e amparados pela lei, implementá-los;

No âmbito político-institucional também ocorreram várias conquistas importantes. A primeira foi a transferência de responsabilidade pela oferta da educação escolar aos povos indígenas do monopólio da FUNAI para os sistemas de ensino (União, Estados e Municípios), ocorrida em 1991.

As mudanças jurídicas, políticas, pedagógicas e administrativas permitiram a inclusão da escola indígena no âmbito do Regime de Colaboração no Sistema Nacional de Ensino. A escola indígena deixa de ser uma figura isolada e por vezes excludentes como era a escola da FUNAI, para integrar a política pública nacional por meio do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) do país.

As novas escolas se esforçam por valorizar as pedagogias indígenas e seguir os processos próprios de ensino-aprendizagem de cada povo. Uma das conquistas mais importantes no campo da diferenciação afirmativa da escola indígena é o reconhecimento de suas categorias específicas, tais como: professor indígena, magistério indígena e escola indígena com normas e ordenamento jurídico próprio.

No âmbito gerencial é importante destacar o processo gradativo de ampliação dos investimentos de recursos financeiros destinados à manutenção das escolas indígenas, iniciado em 1991, quando elas passaram à responsabilidade do MEC, dos Estados e dos Municípios, sendo, portanto incluídas como beneficiárias das políticas de financiamento da educação nacional, como o FUNDEB e o PNAE. Essa inclusão foi seguida por um olhar diferenciado do ponto de vista de custos, em razão

da qual os coeficientes para os alunos indígenas também foram específicos, sendo que no PNAE.

Além dos fundos permanentes de financiamento da educação, as escolas indígenas ainda foram beneficiadas com a criação do Plano de Ações Articuladas (PAR) em 2007. Os estados e municípios passaram a receber apoio financeiro suplementar e específico para atendimento às escolas indígenas por meio de seus planos de trabalho denominado de PAR indígena, voltado para construções de escolas, formação inicial e continuada de professores indígenas e para produção de material didático específico para escolas indígenas.

Mas, mesmo diante de avanços conceituais, políticos, pedagógicos, gerenciais e financeiros, as escolas indígenas ainda enfrentam grandes desafios e problemas oriundos dos limites do modelo político-administrativo das políticas públicas adotados pelos governos e pelo Estado.

2.4 HIBRIDISMO

Conforme o dicionário Houaiss hibridismo é quando, no processo de formação de uma palavra, se utiliza elementos de línguas diferentes. Ou seja, uma parte da palavra provém de um termo de uma determinada língua, enquanto a outra parte da palavra vem de outra língua.

A comunicação se propõe a abordar as novas estratégias narrativas presentes na linguagem, que cada vez mais assume sua condição híbrida. No processo de transição comunicacional em curso, somaram-se funções derivadas, de ora entreter, ora interagir. Em expressões artísticas também se percebe o crescimento de processos de hibridização e, numa mesma obra, aglutinam-se linguagens e técnicas de diferentes naturezas. Com a comunicação, objetiva-se verificar a quebra de paradigmas no discurso, a adequação de narrativas às múltiplas plataformas comunicacionais e o surgimento de personagens resultantes das estratégias narrativas híbridas de comunicação. O viés teórico de sustentação conceitual da comunicação parte das culturas híbridas propostas por García (2008, p. 32); vale-se da estrutura morfológica dos contos, de Vladimir Propp (2010, p.56); da compreensão de narrativas caleidoscópicas, Murray (2003, p.77); e do processo de hibridização publicitária – que propomos anteriormente.

As dinâmicas culturais, ou seja, os processos transformadores da cultura são quase sempre articulados aos fluxos do mundo contemporâneo, especialmente à circulação de mercadorias, pessoas e informações etc. Em meio a essa circulação, o encontro entre os “objetos” dissimiles (pessoas, objetos propriamente ditos, ideias, valores), temos, na maioria dos casos, a produção de um terceiro sociocultural. A esses processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas distintas que existiam de forma separadas se cruzam e produzem outras práticas distintas, Canclini (2006) nomeia hibridação. Canclini escolhe hibridação, e não sincretismo ou mestiçagem, para nomear esses processos de fusão porque, para o autor, hibridismo é um termo que permite abarcar as misturas contemporâneas de um modo geral, como processos tecnológicos, migratórios e econômicos, enquanto que os demais termos se restringem a campos étnicos e religiosos.

(Hibridismo) abrange diversas mesclas interculturais – não apenas raciais, às quais costuma limitar-se o termo „mestiçagem” – e porque permite incluir as formas modernas de hibridação, melhor do que „sincretismo”, fórmula que se refere quase sempre a fusões religiosas ou de movimentos simbólicos tradicionais. (VIVEIROS.2011, p. 19)

O termo, originário da biologia, que está também presente no campo de estudos literários através das obras de Bakhtin (1968), e parece ser o termo favorito para designar fusões, segundo Hannerz (1997), é o vocábulo predileto dos críticos de moda.

2.4.1 Hibridismo linguístico: a influência da língua portuguesa nos vocábulos Munduruku

Conforme Severo (2011, p.27), “sucintamente, a heterogeneidade tende a ser vista como de natureza linguística e/ou discursiva”, embora, neste trabalho, a relação entre língua e discurso não seja vista separadamente, mas de maneira sobreposta, uma vez que as fronteiras que definem uma dada língua ou dialeto são tanto de base estrutural como discursiva, o vocabulário de um povo que está em transformação e muito complexo pois com palavras heterogênicas e muitas das vezes e não são bem aplicadas a sua cultura o hibridismo por sua vez e uma formação de novas palavras caracterizadas por não existir naqueles vocabulários a

cada dia aparecem novas palavras por causa dessa heterogeneidade e natureza das palavras do vocabulário desse povo vão se perdendo.

Pretende-se discutir a questão da heterogeneidade linguístico discursiva em Angola a partir da análise de fenômenos de plurilinguístico, pluridiscursividade e hibridismo que incluem, pelo menos, quatro níveis, tomados como categorias de análise, mutuamente implicados: a existência de uma pluralidade de vozes sociais em uma mesma língua; a coexistência dialógica de línguas e dialetos; a relação dialógica entre vozes sociais circulantes por diferentes línguas e dialetos; a hibridização de línguas/dialetos e vozes sociais, (Severo, 2010, p 23 apud SEREVO, 2011, p.22).

O processo de extinção da língua e cultura do povo Munduruku acelerou-se nas últimas décadas com o fenômeno da globalização. Os motivos que levam as línguas ao desaparecimento resultam de vários fatores tais como: relações com outros grupos étnicos marcados por assimetrias sociopolíticas, econômicas e culturais, extermínio de povos, escolarização compulsória feita na língua dos dominadores ou programas de educação bilíngue que têm como perspectiva um bilinguismo subtrativo.

Paula e Tapirapé (2017, p.7) aponta o processo de globalização como um fator importante que ameaça as línguas. A perda dos territórios ou deslocamentos territoriais que desenraizam os povos de seus locais tradicionais de moradia, distanciando-os de seus referenciais mitológicos estreitamente ligados aos ambientes em que vivem.

O século vinte tem sido o mais desigual da história da humanidade. Poucas comunidades têm alcançado um extraordinário progresso em tecnologia, o que lhes têm dado um poder absolutamente sem precedentes. Este poder tem muitas formas. Não é simplesmente um caso de domínio militar; é o poder para dominar o fluxo de informação...e dominar as políticas locais em todas as partes do mundo através da rica arma, do jogo do rico dinheiro das relações internacionais. Acima de tudo as comunidades metropolitanas têm o poder de mudar o ambiente. (TAPIRAPÉ, 2009, p. 3)

Conforme leituras em Sousa (2017, p.54) há um poder político, econômico e ideológico que atravessa fronteiras e, ao subordinar países e povos a este domínio, determina também quais serão consideradas línguas com prestígio, quais deverão ser apreendidas por todos os povos para se comunicarem com os detentores do poder. O panorama das línguas indígenas no Brasil se encaixa no cenário mundial, no qual se prevê o desaparecimento drástico de metade das seis mil línguas faladas no mundo dentro de um século.

As línguas indígenas em nosso país, inegavelmente, encontram-se em situação de risco. Ao longo do processo colonização, muitos povos foram dizimados juntamente com suas línguas e culturas. Atualmente, as maiorias das línguas ainda existentes apresentam um número reduzido de falantes.

Os povos indígenas sempre conviveram com situações de multilinguíssimo, isso quer dizer que o número de línguas usadas por um indivíduo pode ser bastante variado. Há aqueles que falam e entendem mais de uma língua ou que entendem muitas línguas, mas só falam uma ou algumas delas. Rodrigues (1989) afirma que “assim, não é raro encontrar sociedades ou indivíduos indígenas em situação de bilinguismo, trilinguismo ou mesmo multilinguíssimo”

Por sua vez, a língua portuguesa encontra-se numa posição de prestígio frente às línguas indígenas a globalização tem acelerado o processo de extinção de línguas e culturas em escala mundial. Em decorrência deste processo, as aldeias hoje estão inundadas de novos bens produzidos com tecnologias alienígenas que facilitam a expansão do Português. Televisões, celulares, MP3, aparelhos de som, tablets veiculam a língua e os valores da sociedade dominante de modo exaustivo, colocando as crianças em contato com o Português cada vez mais cedo.

Dentro das próprias comunidades indígenas é possível notar alguns fatores que colaboram com a extinção da cultura. São minoria os conhecedores da língua materna de algumas tribos e, por vezes, esses correspondem aos representantes mais velhos da aldeia, que não conseguiram transmitir essa sabedoria às novas gerações. (SANTOS, 2013, p. 05).

Além disso, pode ocorrer um processo de isolamento, uma vez que essa minoria perde representatividade ao não saber se comunicar em português. Além da recuperação de palavras em desuso, percebeu-se a necessidade de criar novas palavras diante do grande número de vocábulos da língua portuguesa que estavam sendo utilizados pelas pessoas.

Conforme Camargo (2008, p.45) “língua é a própria identidade de um povo, nesse caso, as escolas bilíngues podem ser uma alternativa para perpetuar os idiomas indígenas, ameaçados de extinção”. O aprendizado das línguas indígenas na escola pode proteger e promover os usos dessas línguas minoritárias perante a língua portuguesa, sem que uma seja considerada superior à outra. Camargo (2008, p.45) afirmar que “todas as línguas indígenas no Brasil se encontram em risco de extinção e seu uso nas escolas pode trazer a revitalização e modernização com a criação de novos léxicos” a adoção da escrita da língua em materiais

didáticos e paradidáticos de autoria indígena e a produção de vídeos para valorização do uso oral”.

Segundo Peixoto (2016, p.4), todas as línguas indígenas faladas no Brasil encontram-se em situação vulnerável, mas várias delas se situam em diferentes graus de ameaça de extinção, dependendo do processo sócio histórico de cada povo.

Através deste trabalho, descobri uma forma de criar palavras na língua Tapirapé. Já criei bastantes palavras para os objetos que nós não temos na língua Tapirapé. As palavras que eu consegui criar foram feitas pelo significado ou pela forma do objeto. Por exemplo, bicicleta nós não temos na língua Tapirapé, então eu criei a palavra yākopy para significar esse objeto. Yākopy foi formada assim: Yã- : eu peguei da palavra yãra que significa meio de transporte e -kopy : porque a bicicleta tem dois pneus. Então, juntei essas duas partes de palavras para formar uma palavra só yākopy. E ficou ótima essa palavra, porque hoje todo mundo usa essa palavra. Isso até serviu para a comunidade não falar mais bicicleta na língua portuguesa. (TAPIRAPÉ, 2009, p. 03).

A situação sociolinguística dos munduruku é bastante diversificada, em decorrência de diferentes momentos da história de contato com as frentes de colonização, e pelo fato da dispersão em diferentes espaços geográficos ocupados por este povo. Informa Ramos (2003, p.9) a população localizada nas pequenas aldeias às margens do Tapajós em sua maioria é bilíngue. “Na aldeia Sai Cinza, aldeias dos rios Cururu, Kabitutu e outros afluentes do Tapajós, as crianças, mulheres e idosos falam na maioria das vezes unicamente a língua materna’.

Ocorrem também casos em que a língua Munduruku passa por processo de desuso, Ramos (2003, p.9) “com domínio quase exclusivo do Português”, com crianças e jovens que não falam plenamente o Munduruku, a exemplo das aldeias do Mangue e Praia do Índio, localizadas na periferia da cidade de Itaituba, e nas comunidades da Terra Indígena Coatá-Laranjal, no Amazonas.

2.4.2 Concepções sobre neologia e neologismo

As unidades lexicais de uma língua constituem um inventário ilimitado, em permanente renovação: certas palavras caem em desuso, surgem outras, de acordo com as necessidades. Para isso, as línguas são dotadas de mecanismos que possibilitam aos falantes a criação de novas unidades lexicais, chamadas de neologismos.

Mesmo entre os autores que recebem influência das teorias gerativistas não há um consenso sobre o estatuto teórico dos neologismos. Entre os que admitem esse conceito, podemos citar Cano (2007), para quem os neologismos autênticos são aqueles que resultam de elementos (radicais e afixos) já disponíveis no sistema e que são relacionados de uma maneira não observada anteriormente. Sob esse ponto de vista, só é considerada neológica a criação lexical que, de certa maneira, subverte as possibilidades já previstas na língua.

O neologismo, portanto, seria um fenômeno relativamente raro. Entende-se como neologismo uma nova unidade lexical, previsível ou não, formada por mecanismos oriundos da própria língua ou por unidades lexicais provenientes de outros sistemas linguísticos.

Entre os procedimentos relativos ao desenvolvimento da competência gramatical, convém ressaltar aqueles que dizem respeito à variação linguística, profundamente relacionados também à competência interativa: (...) • avaliar as diferenças de sentido e de valor em função da presença ou ausência de marcas típicas do processo de mudança histórica da língua num texto dado (arcaísmo, neologismo [grifo nosso], polissemia, empréstimo). (BRASIL, 2002, p. 79)

Ao processo de criação lexical dá-se o nome de neologia Alves, (1990, p. 5). Se o conceito de “novo” é sempre relativo a algo mais “velho”, faz-se necessário estabelecer procedimentos metodológicos para que uma unidade lexical seja caracterizada como “nova”. O procedimento adotado neste trabalho baseia-se no princípio do “corpus de exclusão” ou “filtro lexicográfico”. O estudo dos neologismos é fundamental para a compreensão dos processos de formação de palavras. Além dos aspectos linguísticos – que podem explorar as características fonológicas, morfossintáticas, semânticas, psicolinguísticas, sociolinguísticas e pragmáticas.

Portanto, o estudo dos neologismos também é importante do ponto de vista cultural e político, pois o surgimento de uma nova unidade lexical geralmente está associado a necessidades sociais, entre elas a de nomeação de conceitos novos tão comuns nas ciências e nas técnicas.

2.4.3 Neologismo Munduruku

Conforme Martines (2007, p. 41) “os contatos interculturais com outros povos e o conhecimento de novos objetos e novas tecnologias resultaram no surgimento de novos conteúdos até então desconhecido para o povo munduruku”. Para nomear

tais conteúdos surgiu a necessidade da assimilação ou criação, de novos vocábulos no léxico Munduruku.

Tais palavras podem ser identificadas como casos claros de neologismo Munduruku. Digo neologismo porque quando da remota origem da língua Munduruku, tais significavam ou não existiam para esse povo.

Devido ao contato com o colonizador europeu, surgiram novos termos acompanhados novas coisas que até então desconhecidas e de uma hora para outra começaram a fazer parte da vida desse povo consequentemente deveriam fazer também parte do léxico. O interessante é que aos novos nomes foram aplicados aos tradicionais paradigmas de classificação dos substantivos. Assim, dependendo da forma física dos novos objetos incorporados à cultura Munduruku. Seus nomes receberam sufixos correspondentes as suas classes. (MARTINES 2007, p. 45)

Estes empréstimos incorporados ao neologismo Munduruku não eram muito numerosos, mas com as novas tecnologias contemporâneas cada vez fazem mais parte da vida cotidiana desse povo. Esse processo tende a acentuar-se cada vez mais. Martines (2007, p.45) mostrar alguns neologismos encontrados na língua Munduruku kapedi (café), rimão a (limão), basia a (bacia), kajarão a (caldeirão), rapi ip (lápis), radio a (rádio), trigodot (trigo). Essas novas palavras no vocabulário Munduruku e influenciada pelo contato intercultural com outros povos e pelo acesso crescente a novas tecnologias são fatos certos e que tenderão a crescer, pois a globalização deverá levar, cada vez mais mudanças a esse povo.

3. METODOLOGIA

3.1 PROCEDIMENTOS TÉCNICO

Segundo Gil (1999, p, 65) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de um material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Portanto, as pesquisas bibliográficas consistiram na etapa inicial de deste trabalho acadêmico, com objetivo de reunir as informações e dados que serviram de base para a construção da investigação proposta a partir de um tema, à pesquisa bibliográfica deve-se limitar ao tema que foi escolhido pelo pesquisador, servindo como modo de se aprofundar no assunto.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 1999, p.65).

Também é importante averiguar se trabalhos com problemáticas semelhantes já foram realizados, se vale a pena repetir a investigação. A partir da pesquisa bibliográfica descobriu-se qual a melhor metodologia a ser utilizada para produzir o trabalho.

Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 34) a natureza dos trabalhos científicos “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista, envolve verdades e interesses universais”. Conhecida também como pura, a pesquisa básica aplica o conhecimento, ela é feita para aumentar o que sabemos sobre um determinado assunto sem necessariamente ter alguma necessidade.

Por isso ela é foi tão importante para essa pesquisa pois, só assim descobrimos o quanto da língua Munduruku já foi pedida e modifica com o hibridismo linguístico e como cada dia mais, essas novas palavras estão se integrando no meio social do povo Munduruku.

A pesquisa aplicada também foi relaciona com a básica pelo fato de muitas vezes determinar um uso prático para as descobertas um uso prático para as descobertas feitas pelas pesquisas puras. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 34) “Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Assim a pesquisa poderá mostrar o com-objetividade qual a solução mais adequada para essa perca da língua (modificação dos vocábulos) para podemos entende como está se modificando tão rápido uma cultura.

3.2 TIPO E OBJETIVO DA PESQUISA

A pesquisa exploratória teve como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-la mais explícita ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão Gil (1999, p. 43). Essas pesquisas podem ser classificadas como: pesquisa bibliográfica e estudo de caso mediante Gil (1999, p. 43).

Portanto, a pesquisa tem como objetivo principal a compreensão desse novo dialeto para a cultura Munduruku pois o mesmo está modificando a gramática desse povo e criando uma nova escrita nos vocábulos.

O presente trabalho foi realizado por meio das abordagens, qualitativa e quantitativa. Que de acordo com Campos (2000, p, 67) "a qualitativa é multimetodológica quanto ao seu foco, envolvendo abordagens interpretativas e naturalísticas dos assuntos isto significa que o pesquisador qualitativo estuda seu ambiente natural" e trabalha ainda valores e não somente respostas predefinidas.

Já a quantitativa os dados são confiáveis, poucas alternativas, facilitada codificação, podendo fazer assim uma interpretação e análise dos dados, então a pesquisa será (quali\ quanti), visto que apesar de distintas, as duas podem complementar-se mutuamente. Além das abordagens supracitadas, o presente trabalho conta ainda com uma pesquisa de campo com inspiração etnográfica, por se tratar de um estudo sobre a língua portuguesa no contexto da língua munduruku.

De acordo com Fonseca (2002, p.76), a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos.

3.3 HISTÓRICO DOS MUNDURUKU NA ALDEIA MISSÃO SÃO FRANCISCO

A sede da cidade de Jacareacanga está situada à margem esquerda do Rio Tapajós localizada na mesorregião sudoeste Paraense e microrregião Itaituba, limitando-se ao norte com o município de Itaituba, ao sul com estado do Mato Grosso, a Leste com os municípios de Itaituba e Novo Progresso, a Oeste, com o Estado do Amazonas. Sua distância da capital do estado Belém é de cerca de 1.120 quilômetros, em linha reta.

Segundo dados oficiais, o Município de Jacareacanga possui uma área de 53.991,22 Km², sendo 4,32% da área total do Estado do Pará. Cerca de 90% de suas terras são banhadas pela bacia do Rio Tapajós, enquanto os outros 10% restantes pertencem à bacia do Rio Amaná. O município foi criado pela Lei Estadual nº 5691/ 91 de 13 de dezembro de 1991.

Conforme leituras em Silva (2015, p. 34) a aldeia Missão São Francisco, localizada à margem esquerda do Rio Cururu, afluente direito do rio Tapajós, foi iniciada em julho de 1911, quando Frei Hugo Mense e Frei Luís Wand, após viagem de 60 dias, aportaram na região onde hoje e compreendia como Missão Velha local onde funcionou por alguns anos a missão, situada à margem direita do Rio Cururu.

Cerca de um dia de viagem de voadeira com motor 40 da cidade de Jacareacanga até a aldeia.

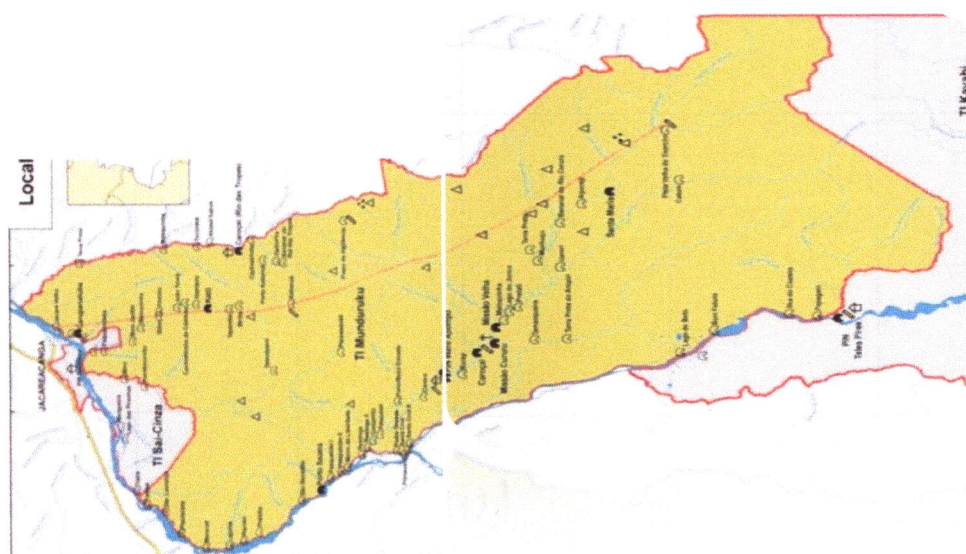


Figura:1 Localização da Aldeia Missão São Francisco
Fonte: livro Levantamento etnoecológico Munduruku, 2008

Segundo Santin (2012, p.4) vale ressaltar que a Missão católica, além de ter exercido influência na concentração da população nas margens do rio Cururu, “difundiu princípios do catolicismo, como o batismo do recém-nascido como obrigatório e o casamento religioso”. No entanto, em relação ao mundo da religião indígena, mesmo considerando que as práticas de conversão não diferem em essência das praticadas no período colonial, com a condenação dos rituais de pajelança, os avanços em termos de conversão católica podem ser considerados modestos tendo em vista que os Munduruku são extremamente ligados ao mundo de sua religião.

A Missão exerce ainda hoje atribuições importantes no campo da educação e da saúde. Nos últimos tempos, mesmo discordando das crenças indígenas, a Igreja tem buscado contribuir no processo de organização e preparação dos Munduruku visando à demarcação e proteção da terra e apoiando reivindicações de direitos.

3.4 INSTRUMENTO E SUJEITO DA COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada através de questionários e entrevistas, pois permitiu recolher informação rica, com bastante profundidade, Estabelecer hipóteses iniciais para as motivações subjacentes a atitudes e comportamentos, grande flexibilidade e adaptabilidade, o que permitiu explorar grande parte da informação interações, as informações apresentam-se com maior precisão não estruturada. Vale destacar, que o uso desse método é necessário quando se elabora estudos sobre o surgimento de novas palavras na cultura de um povo.

Dessa forma, as etapas foram analisadas sobre a pesquisa de forma clara, precisa e com responsabilidade que é indispensável para o sucesso da pesquisa. Compreendida que a investigação teve por objetivo abranger o que os entrevistados conhecem sobre a sua língua materna assim foi possível analisar o esse surgimento de novas palavras que estão mudando o seu vocabulário.

Portanto, esta pesquisa foi realizada com oito professores indígenas (graduando, graduados e pós-graduados) que já atuam, porque os mesmos têm conhecimento das novas palavras que estão surgindo com esse hibridismo linguístico nas salas de aulas e com os jovens que são os que mais usam essa nova linguagem, técnicos de enfermagem porque por falta de palavras em munduruku para os medicamentos e as assistências medicas usam essa linguagem hibrida.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.

A coleta de dados é a procura por subsídios para o esclarecimento dos acontecimentos ou fatos que os pesquisadores almejam descobrir, para isso o instrumental técnico preparado pelo profissional que está realizando a pesquisa para o registro e a avaliação dos dados precisará preencher as condições de validade, confiabilidade e precisão (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Por meio da coleta realizada no campo de interesse, tornou-se possível a obtenção dos quadros abaixo com as respostas dos colaboradores se dispuseram a fazer parte da pesquisa.

Foi questionado: Ainda existe Munduruku que falam a língua Munduruku sem usar palavras aportuguesadas?

PROF.	RESPOSTAS
P1	Sim
P2	Sim
P3	Sim
P4	Sim
P5	Sim
P6	Sim
P7	Sim
P8	Sim

QUADRO 1: Ainda existe Munduruku que falam a língua Munduruku sem usar palavras aportuguesadas? **FONTE:** Professores Munduruku (2020).

Conforme a pergunta citada acima, os professores entrevistados foram unânimes ao afirmarem que ainda existem indígenas que falam a língua Munduruku tradicional sem o uso das palavras híbridas. Observa-se que a pequena parcela que ainda guarda os costumes tradicionais em especial a língua trata-se dos mais velhos. Pois eles têm menos contato com os não indígenas e com o mundo

globalizado e não se encantam pelas novas tecnologias que o mundo está proporcionando.

É importante salientar que esses anciãos tentam deixar para os mais novos essa linguagem tradicional, vendo que a presença constante com o mundo globalizado tornasse cada vez menor os falantes da língua munduruku tradicional, sendo que a influência aumenta cada dia mais.

Indaga-se: Quando os Munduruku começaram a introduzir palavras aportuguesadas nos vocábulos Munduruku?

PROF.	RESPOSTAS
P1	<i>Acredito que desde a chegada dos portugueses começou a essa aportuguesada, evoluiu muito quando os missionários proibiram falar em seu próprio idioma.</i>
P2	<i>Por volta de 1980</i>
P3	<i>Os indígenas começaram a falar em língua portuguesa a partir da década 90, aparece a introdução no meio do povo munduruku.</i>
P4	<i>Desde que os padres franciscanos que chegaram eles começaram a ensinar os indígenas. Por isso os indígenas também começaram introduzir a fala deles.</i>
P5	<i>Foi início década 1757 a evolui muito em português alguns deve sabia em língua dos brancos.</i>
P6	<i>Quando começaram a estudar na cidade. E morar na cidade.</i>
P7	<i>As novas palavras começaram a ser colocadas com a chegada dos pariwat. Primeiro com os franciscanos.</i>
P8	<i>No meu entendimento foi na década de 80, os padres chegaram na aldeia</i>

QUADRO 2: Quando os Munduruku começaram a introduzir palavras aportuguesadas nos vocábulos Munduruku? **FONTE:** Professores Munduruku (2020).

De acordo com as respostas dos Professores indígenas na segunda questão, identificou-se que a língua Munduruku passou por mudança foi na época em que eles entram em contato com o não indígena (Pariwat). E nesse momento em que os indígenas se deparam com palavras coisas que eles não conheciam sendo assim não existiam no seu vocábulo, portanto, usaram a junção de palavras do português juntamente com as do munduruku formando assim uma nova palavra no seu vocabulário.

Esse contado se dá primeiramente com os padres franciscanos como relata o colaborador nomeado de **P4**, introduzindo dentro da aldeia uma nova forma cultural e linguística, segundo relata o professor, as missões também contribuíram para as transformações de suas formas de organização sociocultural, bem como pelo silenciamento da língua nativa desse grupo. Observa-se que a emigração de alguns indígenas para a cidade, por consequência dos estudos ou às vezes em busca de melhores condições de vida, o indígena Munduruku se depara com uma nova língua diferente da do seu povo, desta forma eles se adaptam levam para a aldeia essa nova cultura e implantando dentro da sua cultura.

Atualmente o contado dos indígenas com o não indígena é constante dentro e fora das aldeias, à falta de mão de obra faz com que a entrada de não indígenas (Pariwat) para trabalharem tanto na educação como na saúde seja constante. A precisão dos indígenas de comprarem alimentos, combustíveis, matérias de limpeza e etc. faz com que a ida dos indígenas a cidade seja constante. A perda da sua língua materna, dá-se principalmente pela ida dos indígenas para a cidade. Por esse motivo a cultura Munduruku pode sofrer grandes influências da cultura dos não indígenas.

Perguntou-se: Em sua opinião por que o hibridismo foi introduzido nos vocábulos Munduruku?

PROF.	RESPOSTAS
P1	<i>Porque os indígenas se preocuparam na perda da linguagem da língua materna, por isso passaram a escrever seu próprio alfabeto. E também para facilitar a comunicação entre si, para se comunicar com os não índios, tiveram ideias língua materna escrita facilitando para aprendizagem.</i>
P2	<i>Por que houve o contato da cultura indígena com não índio.</i>
P3	<i>A língua materna muito importante para nos utilizamos para não perder a nossa língua materna. Por motivo de dominação em língua portuguesa em munduruku. Aparece língua munduruku para que sempre ficar indígena porque ele fala própria língua dele para identifica munduruku.</i>
P4	<i>Porque os indígenas também começaram aprender a se comunicar com os brancos, por isso o hibridismo tomou a língua munduruku, e foi a nova revolução da língua.</i>
P5	<i>Não respondeu!</i>

P6	<i>Devido convivência entre brancos</i>
P7	<i>Por conta das palavras do português que não existia no munduruku., dessa forma tiveram que fazer uma palavra nova.</i>
P8	<i>Os brancos que chegaram com essas palavras.</i>

QUADRO 3: Na sua opinião por que o hibridismo foi introduzido nos vocábulos Munduruku? **FONTE:** Professores Munduruku (2020).

Segundo os professores entrevistados o hibridismo foi inserido na língua munduruku pelo fato dos indígenas não possuírem o conhecimento de algumas coisas como: objetos, frutas, alimentos, matérias de limpeza e etc. Tudo isso por conta do contato com o não indígena (Pariwat), desta forma os índios precisaram adaptar palavras com o significado para essas coisas que eles não tinham conhecimento, com isso ocorreu à junção do português com o munduruku formando assim novas palavras na língua Munduruku.

Ao se vê obrigado a se comunicar com os não indígenas esses nativos precisaram aprender sobre essas novas palavras levando-as as aldeias e aos moradores da mesma. Fazendo assim com que a língua tradicional sofresse um choque e um ajuste modificando assim a comunicação desse povo.

A cultura do branco está adentrando a aldeia, no entanto, o indígena não precisa exclui ou deixa sua cultura de lado por causa da não indígena, o mesmo pode compartilha saberes, aprendendo a cultura do pariwat para pode interagir com o mesmo. De acordo com os participantes a ida desse povo para a cidade tá fazendo com que esse processo de hibridismo aumente cada vez mais, sendo que os jovens estão aderidos essa nova linguagem.

O mundo hoje é mais rápido, é mais tecnológico, é todo digital, interconectando uma aldeia global. Os adolescentes são mais vulneráveis, não possuem necessariamente, a riqueza de experiências das maldades que o mundo globalizado disponibilizar, afetando diretamente na cultura Munduruku. As novas gerações precisam estar informadas e dispostos a luta contra essa influência, quem vem acabando com a cultura desse povo de tradição guerreira.

Direcionou-se aos professores a seguinte pergunta: Quais as palavras que você conhece que envolve hibridismo linguístico?

PROF.	RESPOSTAS
P1	<i>Pelo visto temos algumas palavras são difícil de traduzir em Mundurku como: escada, escola`a, wasay (açai), celular, carro.</i>
P2	<i>Kapedi, sucudi, masã`a, pexãada, açucara, pão`a</i>
P3	<i>Awayda, akoba, aximã, ipara`a, kaga, kapedi, tawe, poy, Daydo, doa, uk`a, potip, sapokay, tage, pixaga e etc.</i>
P4	<i>São: açukara; canetaip; livrodup; leiteai; aroyda; lapiri`ip; mukarrãobu; plasticudup</i>
P5	<i>Como nos usamos muito Português tipo açúcar, sandalha, pasta.</i>
P6	<i>Açucara, caperi, bolacha`a, bola`a, caderno`dup</i>
P7	<i>As que eu conheço são: Kapedi, masã`a, kage, camixa, livro`dup, lâmpada`a, pixaga.</i>
P8	<i>Sucudi, lapiri`ip, caperi, trakaya.</i>

QUADRO 4: Quais as palavras que você conhece que envolve hibridismo linguístico? **FONTE:** Professores Munduruku (2020).

Constata-se que a língua munduruku vem passando pelo processo de hibridismo linguístico, ao deparamos com essas novas palavras introduzidas no cotidiano desse povo. Essas novas palavras foram introduzidas para dá nome às coisas que eles não tinham conhecimento. Palavras essas como: açukara (açúcar), bola`a (bola), plasticudup (plástico), Sucudi (suco), Kapedi (café), lâmpada`a (lâmpada), trakaya (tracajá), masã`a (maçã), caderno`dup (caderno), wasay (açai), mukarrão`bu (macarão), livrodup (livro), kage (cana), camixa (camisa), lapiri`ip (lápis), pão`a (pão), cebora`a (cebola), kawaro (cavalo), escola`a (escola), bolacha`a (bolacha) kagerere (carneiro).

Esse processo estabelece uma relação com a cultura dos não indígenas sendo que as relações entre as duas culturas estão interligadas, sendo que a presença do não indígena dentro das aldeias tendo em vista que a presença dos profissionais da educação, os da saúde, e também os garimpeiros ilegais, e trabalhadores das hidrelétricas vem aumentando na mundurukania.

A questão número 5 direcionada aos docentes indígenas, relata o seguinte:
 Você concorda com essas novas palavras? Por quê?

PROF.	RESPOSTAS
P1	<i>Essas palavras são difíceis de traduzir por isso chamamos em português, que facilitar a fala. Como hoje em dia quase não falamos em munduruku todo é aportuguesado a nossa falar, aceito por facilitar a falar. Às vezes os mais velhos reclamam por quando a pessoa fala em português.</i>
P2	<i>Não, porque essas palavras não estão no vocábulo munduruku</i>
P3	<i>Sim, concordo porque importante aprende bilingue desenvolver melhor falar novas palavras tradução melhor a língua munduruku</i>
P4	<i>Não! Porque as novas gerações que por vi ainda não vai saber como foi, os nossos netos e outros e também deixando as palavras que usamos antes.</i>
P5	<i>Concordo por que os munduruku envolvendo professores ensinando duas línguas</i>
P6	<i>Não concordo com novas palavras, porque vai prejudicar e piorar as palavras para a nova geração que virão ainda.</i>
P7	<i>Sim! Porque as novas palavras estão aparecendo na nossa vida e na nossa aldeia, precisamos delas para conversamos com os parentes e com o pariwat (branco).</i>
P8	<i>Não. Porque os jovens estão perdendo a língua tradicional dos mais velhos.</i>

QUADRO 5: Você concorda com essas novas palavras? Por quê? **FONTE:** Professores Munduruku (2020).

Observa-se que há um impasse entre os entrevistados a metade concorda com as novas palavras, pois estão vivendo uma evolução conhecendo novas culturas, coisas diferentes das suas, dessa forma precisam denominar palavras para essas novidades para que haja uma melhor comunicação entre essa nova geração indígena, tanto entre os indígenas como para com o pariwat (branco).

O mundo globalizado está levando os indígenas Munduruku a aderirem as palavras aportuguesada, pois as aldeias já contam com as novas tecnologias como: televisão, rádio, internet, celulares, notebook e etc. Com toda essa tecnologia esse povo tem se deparado com muitas novidades do Brasil e do mundo.

A outra metade não concorda com esse processo que a língua munduruku está sofrendo, explanando que dessa forma as futuras gerações não vão conhecer sua língua tradicional sem a interferência da língua portuguesa. Pois para eles quem mais está perdendo com esse processo são as crianças e os jovens que estão se deixando influenciar pelo mundo globalizado.

O medo de muitos é que com esse processo os indígenas deixem de se expressar na sua língua e internalizem a língua portuguesa, pois a cultura Munduruku vem sofrendo cada vez mais com a cultura dominante dos não indígenas. Deixando assim de lado um dos traços mais importantes de cada nação indígena que é a língua, de onde vem se diferenciando as etnias indígenas do mundo.

Foi indagado aos professores: De que forma esse processo está afetando a cultura Munduruku?

PROF.	RESPOSTAS
P1	<i>Sabemos que passamos a viver com os não indígenas, direto indiretamente, nas faculdades falamos com eles. Os pariwat também sempre facilitando a comunicação entre eles, os dias atuais a tecnologia afetou muito.</i>
P2	<i>E a relação das palavras que estão no meio dos não indígenas não é verdadeira, e os mais novos não sabem as palavras verdadeiras do munduruku.</i>
P3	<i>Acho que munduruku cada vez mais enfraquecendo a cultura deles. Porque eles acharam, mas faça de fazer a cultura não indígena por isso elas cada vez mais deixando o costume deles.</i>
P4	<i>Em várias formas através da leitura as mercadorias nas escolas e até também através das televisões.</i>
P5	<i>Primeiro os políticos entraram território munduruku teve televisão depois brancos entrando na área munduruku pessoas estranhas.</i>
P6	<i>Em várias formas, através de acadêmicos munduruku, através das pessoas que moram na cidade.</i>
P7	<i>A cultura munduruku sofre com a cultura do pariwat porque os jovens preferem a cultura do não indígena, deixando seus costumes principalmente a língua munduruku, deixa a cidade e vai morar na cidade.</i>
P8	<i>O branco tá entrando na aldeia e acabando com o costume dos munduruku.</i>

QUADRO 6: De que forma esse processo está afetando a cultura Munduruku? **FONTE:** Professores Munduruku (2020).

A observação das dinâmicas sociais e culturais exige que se note não apenas às tradições, como também as novidades; não se nega, assim, a reprodução social, mas amplia-se a noção de reprodução social, de modo que inclua a possibilidade de mudança. Desse modo, vai-se além da proposição de que estas sociedades têm, em todos os seus aspectos, como objetivo único a perpetuação estanque.

As relações entre linguagem e identidade são indissociáveis, pois como poderíamos falar de linguagem sem falar das pessoas que as usam. Esse processo vem afetando a cultura munduruku, no momento em que o indígena munduruku deixa de falar o a sua língua tradicional e passa a expressa com as palavras aportuguesadas, essa cultura está sendo afetada tendo assim uma perda cultural na sua linguagem. Fazendo assim que a as futuras gerações cresçam em meio a uma língua podre culturalmente, que perdeu suas raízes no caminho desse processo. Influenciando para a perda da língua sendo que uma pequena parcela dos indígenas munduruku já não sabem mais se expressa em na língua munduruku.

Perguntou-se aos docentes indígenas: Existe alguma forma de resgate da língua Munduruku tradicional?

PROF.	RESPOSTAS
P1	<i>Acredito que única forma de resgate da língua e fazer escrita, escrever a língua materna no papel todo o que língua falada pelo munduruku com ajuda dos anciãos, professores e a comunidade</i>
P2	<i>Sim e o contrato dos professores indígenas nas aldeias.</i>
P3	<i>Existe sim, mas muito difícil de resgate de algumas coisas, mas tinha hoje em dia vários tipos de objetos e de palavras antigas.</i>
P4	<i>Sim! Através dos nossos avós caciques contando algumas histórias, nas danças cânticos fazendo reuniões e os encontros com jovens.</i>
P5	<i>Sim, existe ainda munduruku tradicional com velhos mais antigos como não saber língua portuguesa.</i>
P6	<i>Sim, através dos anciões.</i>
P7	<i>Existe sim através das histórias dos mais velhos contadas para os jovens na língua tradicional</i>
P8	<i>Na aula de língua materna aluno aprende munduruku, história, dança, músicas.</i>

QUADRO 7: Existe alguma forma de resgate da língua Munduruku tradicional? **FONTE:** Professores Munduruku (2020).

A principal forma de resgate da língua munduruku parte dos anciões, são eles que ainda preservam as palavras tradicionais e traços da oralidade, rodas onde são contadas histórias antigas, esses guerreiros buscam preservar e não deixa sua língua raiz desaparecer. É importante considerarmos que o futuro de uma língua em processo de revitalização está no que as crianças vão fazer com o idioma. São elas que determinam o sucesso ou não do processo. Dessa forma as futuras gerações são responsáveis para aprenderem e futuramente repassarem a língua Munduruku tradicional.

A escola tem uma pequena porcentagem no resgate da língua, pois através dos professores de língua materna, os alunos aprendem a história, mitos, lendas, cantos, artes do seu povo, os alunos estudam três disciplinas de grande importância para manter sua cultura sempre viva, tem na sua grade curricular aula de Língua Materna, Cultura Identidade e Arte aprendendo assim conteúdos relacionados à sua cultura.

O educador tem que incentivar os alunos a buscar esse contato com a língua tradicional através de diálogos com os mais velhos. A sala de aula é o espaço micro onde as coisas acontecem. Sendo que a preservação dessa língua envolve a comunidade em geral. Se por um lado a escola sozinha não é suficiente para garantir um bom rendimento escolar dos educandos, por outro os pais sozinhos também não conseguem oferecer educação integral para as crianças e adolescentes. Nesse caso os pais têm que agir no auxílio do processo de luta pela integridade da cultural munduruku.

Foi questionado aos professores: você acha que esse processo linguístico vem evoluindo?

PROF.	RESPOSTAS
P1	<i>Sim</i>
P2	<i>Não</i>
P3	<i>Não</i>
P4	<i>Sim</i>
P5	<i>Sim</i>
P6	<i>Sim</i>

P7	<i>Sim</i>
P8	<i>Sim</i>

QUADRO 8: você acha que esse processo linguístico vem evoluindo? **FONTE:** Professores Munduruku (2020).

Embasado nas respostas dos entrevistados, é possível identificar que o processo de hibridismo linguístico vem evoluindo, sendo que cada vez mais aparecem novas palavras no contexto Munduruku, tudo isso pelo fato da implantação das novas tecnologias dentro da aldeia, os indígenas têm acesso ao mundo de dentro da aldeia. Isso os levam ao conhecimento de muitas novidades que não existem dentro da aldeia, dessa forma a língua munduruku adere a essas novas palavras, usando o processo de hibridismo.

Sendo que a cada dia o mundo globalizado inova cada vez mais, as facilidades aumentam tanto de compra de produtos como de acesso às novas tecnologias. Dessa forma esse processo vem evoluindo e vai aumentar, pois as aldeias já não estão isoladas do mundo. Agora, existem os fatores sociais, extralinguísticos, por exemplo, os jovens indígenas começam a trabalhar fora da aldeia, vão para a escola e, aos poucos, perdem o contato com o falante nativo.

No intuito de atuar profissionalmente dentro e fora das aldeias, faz com que os indígenas saiam da sua área de conforto e se desloquem para a cidade em busca de qualificação escolar. Sendo que atualmente o número de indígenas nas faculdades aumenta cada vez mais. Tentando assim se adaptar as mudanças globais que estão afetando o mundo.

Foi abordado aos professores: Como contribuir para que haja o resgate linguístico da cultura Munduruku?

PROF.	RESPOSTAS
P1	<i>Primeiro passo que a escola com o corpo docente incentive os alunos e a comunidade a também desenvolver o seu papel fundamental para que haja as práticas culturais linguística, os anciões ajudam a resgatar.</i>
P2	<i>Através de projetos nas aldeias</i>
P3	<i>Acho que hoje em dia não tem como resgatar mais antigo a cultura indígena, mas agente faz quando acontece o evento na aldeia. Principalmente hino tradicional e a dança pintura e material utilizado como arco e flecha, lança etc.</i>
P4	<i>Juntos com os profissionais de outras áreas, com saúde e educação.</i>

	<i>Dando o encontro sobre cultura, crença dança e cântico.</i>
P5	<i>Através da cultura danças pintura</i>
P6	<i>Através dos anciões, tendo diálogo com os mais velhos da'aldeia.</i>
P7	<i>O resgate da língua munduruku tem que agir junto, comunidade, professores, os mais velhos, pais. Para ao mais novo aprenda e não deixa acaba a língua tradicional.</i>
P8	<i>Na escola com professor língua materna e arte ensinar alunos a cultura história, dança, arco e flecha.</i>

QUADRO 9: Como contribuir para que haja o resgate linguístico da cultura Munduruku? **FONTE:** Professores Munduruku (2020).

O resgate da língua munduruku tradicional é um processo árduo o aonde vai envolver a comunidade em geral principalmente comunidade/escola, sendo que através da escola os docentes têm o papel de incentiva e ajudar os alunos para preservarem a língua munduruku tradicional, linguagem essa que tem que ser trabalhada na disciplina de língua materna, através de projetos no ambiente escolar e na comunidade com o intuito de sensibilizar o público em geral. A aula de arte também tem como o professor trabalhar para que os discentes tenham contato e interesse pela língua raiz. De acordo com as histórias do seu povo, as músicas, as danças, rituais tudo isso, tem como ser trabalhado com o intuito de resgate cultural do povo munduruku.

A família tem a função muito importante no resgate cultural da língua munduruku sendo que eles têm que incentivar os filhos a aprender a linguagem tradicional, para que eles transformem isso em um processo contínuo, onde as gerações futuras tenham acesso à língua raiz. Os pais também têm que aprender para ensinar seus filhos. Dessa forma o resgate cultural vai ganhar cada vez mais força. Os órgãos políticos através de projetos devem buscar recursos para implantar dentro das aldeias em apoio a essa causa. Para que haja livros com vocabulários da língua munduruku tradicional que visam sensibilizar não somente os jovens e adultos indígenas.

Finalizando a entrevista foi solicitado aos professores a seguinte pergunta: De que forma a comunidade age com o processo do hibridismo da cultura Munduruku?

PROF.	RESPOSTAS
P1	<i>Na escola, reunião, nas assembleias que acontece com a troca de conversas com não-índios, e também entre se falam assim, muitas vezes</i>

	<i>os munduruku falar a língua mesmo tempo falar em português. Percebo também a portuguesa a língua munduruku os livros, televisão, etc.</i>
P2	<i>A comunidade vem sendo obrigada a ser aceita com essa nova cultura.</i>
P3	<i>Principalmente o capitão da aldeia se organizando a comunidade para realizando o trabalho da comunidade.</i>
P4	<i>Em formas de reuniões e encontros trazendo os anciões, que saibam contar a história sobre o povo munduruku</i>
P5	<i>Não respondeu!</i>
P6	<i>A comunidade é contra, sempre é discutido na comunidade. Para que acha uma forma de diminuir novas palavras.</i>
P7	<i>Não! novas palavras aportunadas porque não e da nossa cultura, tenta conversa com os jovens para não aceita essa nova cultura do pariwat.</i>
P8	<i>Comunidade não gosta, nova cultura, mais jovens que essa cultura nova dos não indígenas.</i>

QUADRO 10: De que forma a comunidade age com o processo do hibridismo da cultura Munduruku?
FONTE: Professores Munduruku (2020).

Embasado nas respostas dos docentes a comunidade vem sofrendo com essas mudanças na língua munduruku, encontrando-se em um processo de perda cultural e a principal preocupação é com a sua língua que atualmente está recebendo muita influência da língua portuguesa, afetando diretamente para o processo de hibridismo linguístico. Sendo que a maioria desse povo já está vivenciando esse processo, pois a comunicação da língua munduruku tradicional é realizada só pelos mais velhos os anciões.

A comunidade em geral tem contribuído para o incentivo à preservação da identidade cultural dos Munduruku, pois os diálogos entre os indivíduos da aldeia são constantes, assim os mais jovens apreendem com as histórias contadas pelos mais velhos, sendo assim a cultura vai ser muito sempre presente na vida dos Munduruku. Esse é um tema bastante discutido entre a comunidade nas reuniões realizadas dentro da aldeia e nas assembleias do povo munduruku. Sendo que juntos buscam meios para resgatar a linguagem tradicional. Desta forma esse povo está se sensibilizando e lutando para manter sua cultura sempre viva.

CONCLUSÃO

No presente estudo foi detectada a grande influência da língua portuguesa sobre a língua Munduruku. Então, com base nesse conhecimento sobre a língua e tradição desse povo foi possível a realização desta pesquisa. Os autores mencionados no referido trabalho contribuíram para o embasamento sobre o tema trabalhado. A metodologia se desenvolveu através de três linhas de pesquisa a científica, a qualitativa e a etnográfica. A pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. No entanto, pesquisa qualitativa tem caráter exploratório, isto é, estimula os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. E pesquisa etnográfica é o estudo descritivo da língua dos povos.

O trabalho foi embasado na teoria de alguns autores reconhecimento nacionalmente e mundialmente. O referido trabalho incidiu-se no bom desenvolvimento da pesquisa e conseqüentemente, na conquista de resultados positivos. As informações colhidas na metodologia foram suma importância para preencher as lacunas deixadas no decorrer do trabalho. Pois através desse processo mais informações foram adquiridas. Os instrumentos utilizados na captação de informação desta pesquisa trouxeram um conhecimento mais amplo sobre o tema, antes da aplicação o trabalho estava embasado apenas na teoria.

O trabalho teve ainda o intuito de esclarecer as mudanças ocorridas na língua Munduruku. E teve como objetivo sensibilizar os indivíduos ao resgate e preservação dessa sua língua. Acredita-se ainda que a referida pesquisa pode ser aprofundada principalmente em razão da sociedade em geral.

Sabe-se que a educação é repassada em casa pelos seus pais, já que os mesmos têm o papel muito importante dentro desse contexto. Visto que a criança deve aprender sobre sua língua em casa, sem perder seus traços linguísticos.

Portanto, a realização de palestras sobre sua cultura e a língua dentro das aldeias tendo como público alvo os indígenas contribuiriam positivamente nessa ação. A qualificação de indígenas na área da educação e da saúde ajudaria na diminuição da influência das palavras híbridas dentro da aldeia, pois essa qualificação proporcionaria a diminuição de não indígenas dentro da aldeia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria. Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ALVES, Ieda Maria. **Neologismo. Criação lexical**. São Paulo: Ática, 1990.

AMOROSO, Marta Rosa. **Mudança de Hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos**. São Paulo: Global, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O ensino de história para populações indígenas**. 2002. Disponível em: <

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília, 2012.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 2002. Disponível em: < <http://www.dlcv.fflch.usp.br>>. Acesso em 22 de Jan.2020

CAMPOS, Edson Silva. **Línguas Indígenas correm riscos de desaparecer**. Rio de Janeiro 2000. Disponível em: < <https://www.em.com.br/app/noticia> >. Acesso em 18 de Jan. 2019.

CARMAGO, Eliane. **Língua Viva X Língua Morta**. -2. Ed. São Paulo, 2008.

CANDAU, Vera. **Educação intercultural e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 2006.

CANO, Waldenice Moreira. **Tentativa de caracterização do neologismo: alguns critérios**. In: ISQUERDO, Aparecida Negri e ALVES, Ieda Maria (orgs.). **As ciências do léxico**. Vol. III. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007.

CASTILHO, Ataliba Texeira de. **A língua falada no ensino de português**. 4. ed. São Paulo 1992.

CAVALCANTE, P. I. L. **Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia**. Disponível em: <http://hdl.handle.net.com.br> Acesso em: 24 de jan de 2020.

CHARBOULEYRON, Rafael. **Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista**. In: Del Priore, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.
FERREIRA, Mariana Kawall Leal. **A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil**. São Paulo: Global, 2001

FONSECA, Maria Alice. **Línguas Indígenas e suas Culturas**. Manaus- AM, 2002. Disponível em: < <https://brainly.com.br/tarefa> >. Acesso em 18 de Jan. de 2019.

GEHART, Carlos: SILVEIRA Renato. **Características das línguas Indígenas**. São Paulo, 2009. Disponível em: < <https://revistas.com.br> >. Acesso em 19 de Jan de 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa, Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil SEAD/UFRGS**. – Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos técnicas de pesquisa social**.- 5 ed.-São Paulo : Atlas , 1999.

GUIMARÃES, Susana Grillo. **A transformação do professor indígena hoje**. Brasília, 2001

LUCIANO, Gersem. **Educação para manejo e domesticação do mundo – entre a escola ideal e a escola real: Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro**. 1 ed Rio de Janeiro 2010.

MARCON, Telmo, **Educação Indígena Diferenciada, Bilíngue e In-tercultural no Contexto das Políticas de Ações Afirmativas**. Visão Global, Joaçaba. 1996

MARTINES, George Vergés. **Aspectos semânticos dos nomes classificados em Munduruku**. São Paulo. 2007. Disponível em: <<https://www.iel.unicamp.br/>>. Acesso em 24 de Jan de 2020

MELO, J,; VILLANUEVA, R. **Levantamento Etnoecológico terra Indígena Munduruku**. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008.

MURRAY, Janet. **Alfabetização contemporânea habilidades essenciais para o século XXI** – São Paulo, Unesp, 2003.

PEIXOTO, Ingrid. **Desaparecido Das Línguas Maternas**. São Paulo, 2016. Disponível em: < <http://hdl.handle.net.com.br> >. Acesso em 19 de Jan de 2019.

PESSOA, L Medeiros. **Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em : >[w.w.w .colegiowlj.com.br](http://www.colegiowlj.com.br)> acesso em 09 de janeiro 2020.

RAMOS, André. **Povos indígenas no Pará/ Povos indígenas no Amazonas**. Manaus- AM 2003. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku> >. Acesso em 18 de jan. de 2019.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna – **Línguas Brasileiras: Para O Conhecimento Das Línguas Indígenas**. Ed. Loyola, São Paulo, 1986. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt/Língua> >. Acesso em: 18 de jan. de 2019.

RODRIGUES J., B. **Vocabulário indígena comparado para mostrar a adulteração da língua (complemento do Poranduba Amazonense)**. Manaus 1993 Disponível em< <http://www.etnolinguistica.org/biblio:rodrigues-1892-vocabulario>>. Acessado em 22 de dezembro de 2019.

SANTIN, Wilmar. **Aldeia Missão São Francisco (Missão Cururu) Religião, aldeia Indígena**. Belém-PA 2012. Disponível em: < pib.socioambiental.org/pt/povo/munduruku/print_>. Acesso em 16 de jan. de 2019.

SANTOS, Celia. **Desaparecimento da Língua e da Perda Cultural**. Rio de Janeiro 2013 Disponível em: < <http://mpumalanga.com.br> >. Acesso em 18 de jan. de 2019.

SEVERO, Cristine Gorski. **Línguas e discursos: Heterogeneidade linguístico-discursiva e poder em Angola**. São Paulo 2011. Disponível em: < <https://digitalisdsp.uc.pt/bitstrea> >. Acesso em 19 de Jan, 2019.

SILVA, Carlos da Conceição. O processo de aculturação e miscigenação da Etnia Munduruku na região do município de Jacareacanga-Pará: 104 anos de Missão São Francisco do Rio Cururu. Itaituba-FAI, Itaituba-Pará. 2015

SILVA, José da; MACIEL Giovani, Teixeira Lacerda. **Nem “programa de índio”, nem “presente de grego”: uma crítica a concepções teórico-metodológicas em pesquisas sobre educação escolar indígena, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1995-2001).** Revista Brasileira de História da Educação, n. 9, p 205-226, jan/abr, 2009.

SOUSA, Walderleia Lucena. **Preservação da Cultura Munduruku no Século XXI: Estudo de caso realizado na Praia do Mangue.** Itaituba: FAI, 2017

TAPIRAPÉ, Josimar Xawapare'ymi. **Recuperando as palavras da nossa língua tapirapé**. Monografia de Conclusão do Curso de Licenciatura Intercultural da UNEMAT, Campus Barra do Bugres. Barra do Bugres. 2009.

TEYSSIER, Paul. História da Língua portuguesa. São Paulo 1994. Disponível em: <
w.w.w.graus.google.com/viviados-em-livros>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

_____. Josimar Xawapare'ymi. **Revitalização de línguas indígenas no Brasil: O caso dos Apyãwa**. Rio de Janeiro. 2017. Disponível em:< <https://revistas.ufrj.com.br>>. Acesso em 15 de jan. de 2019.

VIVEIROS, Eduardo de castro. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Nome: _____
Sexo: () masculino () feminino
Idade: () 19 - 24 anos () 25 - 30 anos () 31 - 36 anos () acima de 37 anos
Formação acadêmica: () graduado () graduando () Pós Graduação
Especifique o curso : _____
Tempo de docência: () 1 - 5 anos () 6 - 10 () acima de 10

1. Ainda existe indígenas Munduruku que falam a língua Munduruku sem usar palavras aportuguesadas?

() sim () não

2. Quando os Munduruku começaram a introduzir palavras aportuguesadas nos vocábulos Mundukuru?

3. Na sua opinião por que o hibridismo foi introduzido nos vocábulos Mundukuru?

4. Quais as palavras que você conhece que envolve hibridismo linguístico?

5. Você concorda com essas novas palavras? Por quê?

6. De que forma esse processo está afetando a cultura Munduruku?

7. Existe alguma forma de resgate da língua Munduruku tradicional?

8. Você acha que esse processo linguístico vem evoluindo?

() sim () não

9. Como contribuir para que haja o resgate linguístico da cultura Munduruku ?

10. De que forma a comunidade age com o processo do hibridismo dentro da cultura Munduruku?
